

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: 548

Data: *4 de Maio de 1985*

Pg.: _____

4468

Índios pedem inquérito contra a Funai

A União das Nações Indígenas (UNI), através de suas lideranças reunidas em Brasília, desde quinta-feira entregou ontem ao líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, documento final do encontro no qual solicita, entre outras reivindicações, "que o Governo faça uma intervenção na Fundação Nacional do Índio". Esta teria o objetivo de "avaliar os gastos, o desmando e a falta de uma política indigenista voltada para a resolução dos problemas fundamentais".

— "Queremos que as novas autoridades deste País abram um inquérito dentro da Funai para que os gastos daquele órgão sejam devidamente explicados", diz o documento, exigindo que "os funcionários corruptos sejam demitidos imediatamente".

A UNI afirma, ainda, que "o atual presidente interino da Funai, Gerson da Silva Alves, está confundindo a cabeça com dinheiro público e quer a consciência de muitos de nossos irmãos índios, manipulando vergonhosamente e dividindo o movimento indígena para permanecer no poder, assinando portarias que permitem garimpeiros e companhias mineradoras invadirem e saquearem as riquezas existentes em nossas áreas".

"Além de mudanças profundas — prossegue o documento — reivindicamos a criação de um novo órgão indigenista em lugar dessa Funai para resolver as nossas dificuldades, ou uma secretaria ou um Ministério do Índio ligado diretamente à Presidência da República e que haja uma participação crescente de nossos representantes e lideranças em tudo que diz respeito aos nossos próprios

destinos".

Para dirigir esse novo órgão os índios pedem que sejam escolhidas pessoas competentes, comprometidas com as suas lutas e reivindicações e indicadas pelo consenso do movimento indigenista. Eles querem "um órgão sério, representativo e democrático".

"Apesar de todo genocídio e etnocídio praticado contra nossos povos indígenas neste País, de vivermos atualmente sem as nossas terras demarcadas, sem programas de saúde e de educação bilingue decente e de projetos econômicos que beneficiem as nossas comunidades, sem assistência por parte do Governo brasileiro às nossas 180 nações; de assistirmos aos crimes e assassinatos cometidos contra as lideranças de nosso movimento; de vermos as nossas áreas serem saqueadas por mineradores fazendeiros, seringalistas e construções de estradas e hidrelétricas, ainda estamos vivos e queremos viver com mais dignidade", acentua o documento.

Demarcação

A UNI exige a demarcação das terras indígenas: a revogação do decreto 88.118/83 — que criou o grupo de trabalho interministerial responsável pela definição de áreas indígenas, tirando da Funai essa prerrogativa —; a anulação do decreto 88.985/83, que regula a mineração em área indígena, e que a riqueza existente no solo e subsolo dessas terras "sejam de posse efetiva das nações indígenas".

Esse documento foi encaminhado, ainda, aos líderes do Governo no Senado, Humberto Lucena, e na Câmara, Pimenta da Veiga.



Líderes indígenas pedem ao Governo intervenção e devassa

seu objeto de postulações isoladas, "ora de indigenistas enclausurados em reflexões restritas e determinadas áreas ou grupos indígenas — sem compreensão do todo nacional —, ora manipulada ou induzida por influências exóticas ou alienígenas".

Para Porto, "os conflitos surgidos em decorrência da demarcação e ocupação de terras indígenas e os problemas relacionados com aspectos da qualidade de vida dos índios evidenciam a importância de sanar as distorções existentes e de fundamentar a atuação da Funai em informações básicas consistentes e uma política bem definida".

— E fato comprovado — diz ele — que a Funai esgotou todas as suas forças e capacidade de trabalho em desgastantes e intermináveis disputas internas entre grupos, na tentativa de impor, a qualquer preço, seus interesses e que como instituição oficial chegou ao cúmulo de passar de condição de tutora, para tutelada pelos próprios índios. Hoje, continua ele, o índio brasileiro se encontra espremido entre o apetite sensacionalista de grupos ideológicos radicais e a

realidade de pobreza e miséria em que vivem configurando uma situação de quase orfandade, assinalou.

Para Porto, "é chegada a hora de se dar um basta nesta situação e romper este ciclo crítico da política indigenista e, para isso, acredita que a criação do IPEI se constituirá numa medida "capaz de melhorar o aproveitamento dos recursos humanos, promover uma divisão e delimitação de atribuições e assegurar um efetivo planejamento para o setor".

Atribuições

De acordo com o projeto apresentado pelo parlamentar mato-grossense, todos os estudos e pesquisas realizados sobre o índio, no Brasil, por pessoas físicas ou entidades jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, deverão ser coordenados pelo IPEI, que terá corpo técnico qualificado, integrado por antropólogos, indigenistas, biólogos, botânicos e outros profissionais, cuja atuação seja necessária ao atingimento de suas finalidades.